

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-
Graduação em História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Silva, Edson

“A história contada pelos que voltaram”: história e memórias indígenas no Nordeste sobre
a Guerra do Paraguai

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em
História, vol. 19, núm. 3, septiembre-diciembre, 2015, pp. 1043-1063

Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305543302007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

“A história contada pelos que voltaram”: história e memórias indígenas no Nordeste sobre a Guerra do Paraguai*

*Edson Silva***

Resumo. Os antepassados dos Xukuru do Ororubá, Fulni-ô e Wassú, assim como os de outros povos indígenas no Nordeste, participaram da Guerra do Paraguai. O que nos informam os registros documentais a esse respeito? O que dizem esses povos sobre a Guerra? Quais os significados das memórias indígenas sobre aquele conflito? Os estudos recentes sobre a chamada “grande guerra” inovam pela superação das tradicionais ênfases no conflito bélico, nas descrições de batalhas ou biografias de heróis. As atuais abordagens procuram compreender as diversas fases do conflito, bem como os diferentes grupos sociais nelas envolvidos. Nesse texto nos propomos discutir a história e as memórias indígenas sobre a Guerra do Paraguai, situadas nos debates atuais sobre aquele conflito, buscando contribuir para um maior conhecimento da história indígena no Nordeste contemporâneo.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai; Índios; Memórias.

“History reported by those who returned”: Indigenous history and memories in the Brazilian Northeastern region on the War against Paraguay

Abstract. The ancestors of the Xukuru of Ororubá, Fulni-ô and Wassú, and other indigenous peoples in the northeastern region of Brazil participated in the War against Paraguay. What do documents and registers inform us on the subject? What did these populations report on the War? What is the meaning of indigenous memories on the conflict? Recent studies on the “great war” bring about a novel interpretation by going beyond the traditional points of the war, by describing the battles and the biography of war heroes. Current approach tries to understand the different phases of the conflict and the different social groups involved. Current paper discusses the indigenous history and memories on the War against Paraguay within current debates on the conflict, for a better comprehension of indigenous history in contemporary Northeast of Brazil.

Keywords: War against Paraguay; Native peoples; Memories.

* Artigo recebido em 03/06/2015. Aprovado em 24/08/2015.

** Professor da UFPE, Recife/PE e da UFCG, Campina Grande/PB, Brasil. E-mail: edson.edsilva1@gmail.com

“La historia contada por los que volvieron”: Historia y memorias indígenas sobre la Guerra del Paraguay en el Nordeste

Resumen. Los antepasados de los Xukuru de Ororubá, Fulni-ô y Wassú, así como de otros pueblos indígenas del Nordeste, participaron en la Guerra del Paraguay. ¿Qué informan los registros documentales al respecto? ¿Qué dicen estos pueblos sobre la Guerra? ¿Cuáles son los significados de las memorias indígenas sobre aquel conflicto? Estudios recientes sobre la llamada “guerra grande” innovan al superar el énfasis tradicional del conflicto bélico, centrado en las descripciones e batallas o en las biografías de héroes. Los abordajes actuales buscan comprender las etapas del conflicto, así como estudiar los diferentes grupos sociales que participaron. En este texto, proponemos discutir la historia y las memorias indígenas sobre la Guerra del Paraguay, en el contexto de los debates actuales del tema, con la intención de contribuir a un mejor conocimiento de la historia indígena en el Nordeste contemporáneo.

Palabras Clave: Guerra del Paraguay; Indios; Memorias.

1 A Guerra do Paraguai: novas abordagens

O conflito, que se convencionou chamar a Guerra do Paraguai (1864-1870), vem sendo, nos últimos anos, objeto de vários estudos, que baseados em amplas pesquisas documentais, possibilitaram novas abordagens sobre o confronto armado que sacudiu o Cone Sul no último quartel do século XIX. Nessa perspectiva, foram superados os trabalhos tradicionais enfatizando aspectos militares, bem como as biografias de heróis oficiais da Guerra do Paraguai (GP). Foi deixado de lado também o enfoque positivista republicano que acusava o Brasil monárquico pelo genocídio imposto ao Paraguai. Assim como foi abandonado o enfoque marxista de fins da década de 1960, que enfatizava um suposto nacionalismo progressista paraguaio, e apontava o expansionismo do imperialismo britânico como responsável pela Guerra. O conflito passou a ser visto como uma disputa regional, entre os países envolvidos pela hegemonia na região do Prata (DORATIOTO, 2002, p.19).

Com os estudos mais recentes foram evidenciados outros aspectos da Guerra. Por meio dos novos enfoques, foram discutidas as formas do recrutamento, a participação negra de escravizados e libertos, de mulheres, as imagens (fotografias, pinturas e caricaturas) sobre a Guerra, etc. Todavia ainda foi pouco estudada a dimensão da participação indígena naquele conflito, bem como as narrativas e as memórias resultante dela. Nos novos estudos sobre a GP as análises sobre o recrutamento são unânimes em apontarem que no início do conflito a perspectiva de sua curta duração, somando-se a imagem construída de uma guerra da civilização moderna contra a "barbárie" paraguaia indígena guarani, que deveria ser derrotada, motivaram o alistamento de muitos para participarem no *front* de combates. Com o prolongamento da Guerra, além de manifestações de protestos em todas as províncias do Brasil, tornou-se difícil o recrutamento de novos soldados, inclusive com a resistência da Guarda Nacional.

Mesmo tendo a libertação de escravos como uma primeira solução para suprir as necessidades de combatentes, com a continuidade do conflito, o Governo Imperial por meio de decreto criou e incentivou os corpos de Voluntários da Pátria. Ainda assim, em uma fase crucial da Guerra, quando depois de seguidas derrotas os aliados partiam para batalhas ofensivas decisivas, os entusiasmos patrióticos mingüaram e os alistamentos diminuíram (LUCENA FILHO, 2000, p.14).

Nesse momento foi usado o velho e conhecido método do recrutamento forçado, atingindo os membros do partido opositor ao que estava no poder em cada província, os contrários a ordem política e social vigente, os considerados desordeiros, perigosos, os presos e condenados por crimes, e principalmente a população pobre, os habitantes das cidades do interior, das zonas rurais, a exemplo dos índios no Nordeste.

Para fugir as perseguições das forças legais, os considerados como potenciais “soldados-voluntários” elaboraram diversas estratégias contra o recrutamento forçado. A análise de fontes documentais bem como de relatos de memórias indígenas sobre a GP, a respeito do recrutamento, da participação e o retorno dos sobreviventes do conflito, nos possibilita evidenciar os significados e a importância das elaborações dessas narrativas para a história dos povos indígenas no Nordeste nas reivindicações por seus territórios, por seus direitos.

Nesse texto, faremos uma reflexão a partir de documentos escritos e fontes orais, as memórias dos atuais indígenas Xukuru do Ororubá e Fulni-ô habitantes em Pernambuco e dos Wassú habitantes em Alagoas, sobre a Guerra do Paraguai na qual seus antepassados estiveram envolvidos.

2 Militarização e recrutamento de indígenas

O recrutamento de indígenas e a militarização dos aldeamentos foi uma prática recorrente na História do Brasil. As aldeias além de reserva de mão-de-obra foram tidas também pelas autoridades estatais como local de recrutamento, para formação de tropas nas guerras contra outros povos considerados hostis à Coroa portuguesa, nos combates a quilombolas, aos movimentos contrários a ordem estabelecida pelo Estado ou pelo grupo político no poder. Assim, a militarização indígena ocorrida desde os primeiros tempos da colonização representou também uma fonte de demonstração de poder nas disputas locais.

Mas, os indígenas não foram passivos nessa condição. Não aceitaram o recrutamento simplesmente como uma atitude colaboracionista, de uma aliança ao poder político hegemônico. É necessário perceber como esse recrutamento foi lido a partir da ótica dos indígenas. Em quais contextos ocorreu o recrutamento? Como essa participação em milícias armadas a serviço do Estado ou de um chefe político local serviu de barganha para os interesses indígenas?

Nos novos estudos sobre a Guerra do Paraguai as análises sobre o recrutamento são unânimes em apontarem que no início do conflito a perspectiva de sua curta duração, somando-se a imagem construída de uma guerra da civilização moderna contra a "barbárie" paraguaia indígena guarani que deveria ser derrotada, motivaram o alistamento de muitos para participar no *front* de combates. Com o prolongamento do conflito, além de manifestações de protestos em todas as províncias do Brasil, tornou-se difícil o recrutamento de novos soldados, inclusive com a resistência dos membros Guarda Nacional convocados para a Guerra (DORATIOTO, 2002).

Mesmo tendo a libertação de escravos como uma primeira solução para suprir as necessidades de combatentes, com a continuidade do conflito, o Governo Imperial através de decreto criou e incentivou os corpos de Voluntários da Pátria. Ainda assim, em uma fase crucial da Guerra, quando depois de seguidas derrotas os aliados partiam para batalhas ofensivas decisivas, os entusiasmos patrióticos minguaram e os alistamentos diminuíram (LUCENA FILHO, 2000, p.15).

Na documentação da Diretoria dos Índios em Pernambuco encontramos diversos ofícios que se referem ao processo de recrutamento de índios para a GP. É clara a truculência empregada pelos Diretores das Aldeias nos alistamentos forçados dos índios como Voluntários da Pátria. As justificativas são sempre a manutenção da ordem e da paz nas aldeias. A exemplo da punição para acusados ou envolvidos em assassinatos, como ocorreu em 1865, quando o Diretor Parcial da Aldeia de Barreiros informava ao Presidente da Província estar enviando 10 e não 15 recrutas e que diante da recusa de índios como "voluntários", afirmava: "Se V. Ex^a. o determinar, mandarei recrutá-los".¹

¹Ofício do Diretor da Aldeia de Barreiros, em 9/4/1865, ao Presidente da Província de Pernambuco. Arquivo Público Estadual de Pernambuco/APE. Códice DII-19, folha 86.

Encontramos acompanhando um ofício datado de 1865, uma relação com nomes de 82 índios “Voluntários da Pátria” da Aldeia de Cimbres, onde habitam atualmente os Xukuru do Ororubá, em Pernambuco. Informa ainda o documento que os alistados estavam deixando seus soldos em consignação para suas famílias.² Mas, o recrutamento que aparece como uma ação tranqüila, é desmascarada na leitura de um ofício do ano seguinte, enviado ao Presidente da Província pelo do Diretor Geral dos Índios, com a queixa de um índio de uma numerosa família, pedindo dispensa de seus dois filhos “forão forçados a se alistar como Voluntários da Pátria”.³

Os aldeados em Cimbres por diversos meios procuraram se livrar do recrutamento obrigatório. A exemplo do índio José Carneiro da Cunha, que em 1865 solicitou e conseguiu de seis moradores de Olho d’Água, atestados reconhecidos em cartório, confirmando ser o seu filho Laurentino José Carneiro portador de gôta, doença que o impedia de ser recrutado. Posteriormente, Laurentino por meio de um Requerimento, pediu e recebeu do Tenente Joaquim Almeida de Carvalho, Diretor do Aldeamento de Cimbres, um “Atestado” também reconhecido em cartório, confirmando a condição de índio do solicitante, informando ainda o documento que os índios não eram “sujeitos a recrutamento”.⁴

O índio Laurentino “a fim de pedir dispensa do serviço para o qual foi designado”, tendo sido “detido na Vila de São Bento”, dirigiu um requerimento outra vez ao Diretor de Cimbres, justificando seu pedido “por ser índio e não ser qualificado”. Atendendo ao pedido, o Diretor por meio de um “Atestado” confirmou a residência de Laurentino na Aldeia de Cimbres, afirmando ainda que ele não teria condições para compor as tropas da Província a serem enviadas a

²Quadro com relação dos índios do Urubá/Voluntários da Pátria, em 02/04/1865. APE, Códice DII-19, folha 83.

³Of. do Diretor Geral dos Índios, em 21/01/1866. APE, Cód. DII-19, fl. 96.

⁴Requerimento do índio José Carneiro da Cunha, em Cimbres 08/10/1865, acompanhado de seis Atestados com firmas reconhecidas. APE, Petições: Índios, fls.73 e 73v.

GP.⁵ Possivelmente a documentação do índio Laurentino foi ignorada pelas autoridades, e por essa razão o seu pai, afirmando ser um agricultor sexagenário com dificuldades de trabalhar, enviou um requerimento ao Presidente da Província, pedindo a liberdade do seu filho que era "o responsável pelo sustento da família", pois com o seu recrutamento ficaria difícil para seus familiares aldeados em Cimbres sobreviver sem a sua ajuda.⁶

O desamparo em que se encontrava em 1866 as famílias dos índios de Alagoas enviados para a GP, era motivo de recusa dos novos voluntários. Informava o Diretor Geral dos Índios que escreveu aos diretores das aldeias com uma "ordem de recrutamento dos índios que estiverem ao seu alcance".⁷ Em outra correspondência ao Presidente da Província, insistia o Diretor Geral na necessidade de pagar os vencimentos às famílias, pois sem a vantagem pecuniária 40 índios da Aldeia de Jacuípe que atenderam a convocação para o recrutamento, "esfriarão todos".⁸

As fugas para se esconder nas matas ou desaparecimento do seu local de moradia, as deserções de tropas formadas, as declarações de doenças, os casamentos até com mulheres mais velhas, homens que se vestiam de mulher, ataques de grupos armados às forças legais que traziam recrutados a força para a capital, ou ataques a cadeias do interior libertando os presos a serem enviados como soldados para a guerra, rebeliões, foram as muitas formas de resistências ao recrutamento que ameaçaram a ordem social vigente (DORATIOTO, 2002, p. 264-265; LUCENA FILHO, 2000, p. 97-128).

⁵Requerimento do índio Laurentino José Carneiro, em Cimbres 13/11/1865; Atestado de Joaquim de Almeida Carvalho para Laurentino José Carneiro, em Cimbres 14/12/1865. APE, Códice Petições: Índios, folha15.

⁶Requerimento do índio José Carneiro da Cunha, em Cimbres 14/12/1865, ao Presidente da Província de Pernambuco. APE, Cód. Petições: Índios, fl.17.

⁷Of. do Diretor Geral dos Índios de Alagoas a Presidência da Província, em Macció 30/08/1866 (In: ANTUNES, 1984, p.140-141).

⁸Ofício do Diretor Geral dos Índios de Alagoas ao Presidente da Província, em Macció 28/09/1866 (In: ANTUNES, 1985, p.142. dig.).

É necessário desconstruir imagens e discursos até então sedimentados sobre a História e esses povos. Os novos estudos são pautados por outras preocupações, pois “Importa recuperar o sujeito histórico que agia (age) de acordo com a sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais da sua sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolavam” (MONTEIRO, 1999, p. 249).

Faz-se necessário ainda ter presente as observações de Thompson sobre os significados da cultura,

Não podemos esquecer que ‘cultura’ é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e do trabalho (THOMPSON, 1998, p.22).

Pensamos que só a partir dessas observações é possível compreender o sentido que os povos indígenas deram a militarização e ao recrutamento, nos diferentes contextos e situações de alianças políticas, no tabuleiro do jogo das relações de poder, da ordem social vigente (SILVA, 1995).

Entre os índios *Xukuru* do Ororubá, os *Fulni-ô* (anteriormente conhecidos como *Carnijós*) de Águas Belas e os atuais *Wassu* encontramos muitos relatos orais, memórias sobre a GP. Seleccionamos aqui para a nossas discussões, apenas alguns trechos dos relatos coletados.

3 Memórias indígenas sobre a Guerra do Paraguai

3.1 Memórias Xukuru: a bravura de Maria Coragem e dos “30 do Ororubá”

Registrou-se que diversas mulheres, prostitutas, esposas e seus filhos menores acompanhavam seus maridos-soldados na GP. Mulheres que seguiam

as tropas e “não tinham medo de coisa alguma”, e nas frentes de batalhas ora socorriam os feridos improvisando ataduras com suas próprias vestes, ora combatiam ao lado dos homens (CERQUEIRA, 1980, p. 300).

O povo Xukuru do Ororubá dentre os vários relatos acerca da Guerra, citam “Maria Coragem”, uma índia que se destacou nos campos de batalha, “Foi Coragem, uma mulher chamada Coragem. Porque o nome dela não era coragem, chamaram depois que ela foi para a Guerra, pela coragem dela”.⁹

Nas narrativas dos Xukuru são lembrados também enfaticamente “os 30 do Ororubá”, combatentes que se destacaram em uma das batalhas na GP,

Eu ouvi falar assim, é uma história nossa que nós temos dizendo que os Xukuru foram para a GP brigarem. Foram 30, morreram 12, voltaram 18. Então eu ouvi falar, então foi os índios do Brejinho, não lembro nem aonde mora, nem o nome deles. Eles são da família dos Nascimento, lá na Aldeia Brejinho. E foi mais uns outros de outras aldeias Xukuru, e foi uma índia chamada Maria Coragem também.¹⁰

O mesmo narrador falou sobre os chamados “bravos” do Ororubá,

E lá eles brigaram na Guerra... Aí levaram a bandeira... E pediram para eles irem buscar. Então, eles foram, eles já tinham passado... E eles chegaram à beira do rio, e eles já tinham atravessado o rio, eles entraram no mato, cortaram madeira, cortaram cipó, fizeram um barco, foram lá, cortaram tudo de facão e trouxeram a bandeira para a Princesa Isabel.¹¹

A respeito do relatado acima, um cronista escreveu que o fato ocorreu durante a Batalha de Tuiuti, um dos maiores embates na GP, quando,

O inimigo arrebatou a bandeira do '30 de Voluntários', batalhão integrado pelos nossos índios xucurus. O Comandante, Ten. Cel. Apolônio Peres Cavalcanti Jácome da

⁹Pedro Rodrigues Bispo, 72 anos. Pajé Xukuru, conhecido por “Seu Zequinha”. Em Pesqueira, 29/03/2002.

¹⁰João Jorge de Melo, 65 anos (falecido). Aldeia Sucupira, Terra Indígena Xukuru do Ororubá, Pesqueira, em 30/03/2002.

¹¹João Jorge de Melo, 65 anos (falecido). Aldeia Sucupira, Terra Indígena Xukuru do Ororubá, Pesqueira, em 30/03/2002.

Gama, em assomo de desapontamento, bradou para os seus soldados (os nossos índios) que retomassem a bandeira e pouco depois a companhia de guerra que partira no cumprimento da ordem, regressava reduzida a 10 ou 12 homens trazendo o nosso pavilhão a despeito de quase transformado em farrapos (MACIEL, 1980, p. 116).

Os Xukuru relataram ainda que os seus antepassados voltaram com condecorações da GP, “O Irmão da Hora trouxe um terno, de reis. Digo, porque o terno eu vi. De coroa, galão e todo, porque ganhou esse prêmio Irmão da Hora, Antonio Moleção e Antonio Tavarinho”.¹² Em seus relatos, os Xukuru falam também de quepes, medalhas, espadas, “diplomas da Guerra”, roupas e outros adereços militares, além dos “títulos de terra”, trazidos por seus antepassados que retornaram da GP.

Autores destacaram o “heroísmo” do Cabo Zeferino da Rocha, morador do “Sítio Goiabeira no alto da Serra” [do Ororubá], veterano da GP, membro do “Trinta de Voluntários”, composto de índios xukurus, “todos condecorados depois com medalhas de Guerra e Bravura” (BARBALHO, 1997, p.71; WILSON, 1980, p. 40).

3.2 Fulni-ô: memórias sobre o recrutamento forçado para a GP

O índio fulni-ô Elpídio de Matos, com 88 anos, relatou o que ouviu dos seus antepassados sobre a GP. “A Guerra do Paraguai eu ouvia dizer que foi uma guerra que era para se acabar mesmo. Foi 50 e tantos índios... tudo foi morto lá. Meu avô foi para a GP. A história era contada pelos que voltaram. Meu avô não voltou, morreu”.¹³

Sobre o recrutamento, Elpídio em sua narrativa confirmou o que aparece na documentação escrita: “Os índios daqui, eles foram a pulso! Eles

¹²Malaquias Figueira Ramos, 62 anos, Aldeia Caípe, Terra Indígena Xukuru do Ororubá, Pesqueira, em 12/11/1996.

¹³Elpídio de Matos, 88 anos (falecido). Entrevista na Aldeia Fulni-ô, em Águas Belas/PE, em 08/07/1997.

foram a pulso para essa tal da GP. Quem não queria ir, foi um puxão! Eles foram na marra! Pegaram a pulso. E foi uma poção de gente dessa cidade também, foi pobre e rico".¹⁴ O entrevistado relatou o que ouviu sobre um momento do recrutamento na Aldeia Panema (Águas Belas/PE),

Eles contavam que chegaram uns coronéis em Águas Belas e foram até a aldeia onde eles estavam e fizeram proposta. O representante do governo do Estado estava ali naquele dia e que eles queriam ser recepcionado pelos índios, com a dança deles. *'Vocês chamam os mais fortes, os índios adultos e... que a gente vai ajudar vocês... nós estamos sabendo que vocês estão passando por muitas dificuldades... a gente não sabia que existia índios aqui... e nós viemos ver como é que vocês estão... para o governo ajudar e isso é uma oportunidade, vocês vão apresentar a dança'* ...Aí fizeram uma festa. Convidaram os índios para irem dançar em frente à delegacia, onde estavam os coronéis. E ali o Pajé, o nome dele era Gabriel, tinha até o apelido de *café*, em Português. Quando eles convidaram ele, não sentiu a traição...¹⁵ (Grifamos).

Em seu relato, Elpídio descreveu as estratégias indígenas contra a prisão para o recrutamento à força,

Ele sentiu aquilo como verdade. Só que quando ele percebeu, era um pouco tarde. Ele já percebeu na segunda volta da recepção, porque chama-se de volta, primeira volta, segunda volta, terceira volta... Na primeira volta do Toré, eles recepcionaram os coronéis, o pessoal que estava lá. No cântico de entrada, no cântico de entrada o Pajé percebeu: *'Nós estamos sendo traídos'*. Falou no Yathê: *'fujam!'*... Porque nessas altura já tinham soldados com cordas para amarrá-los. *'Fujam! O único meio de vocês não serem pegos é vocês vestirem as saias das mulheres, para eles confundirem vocês com as mulheres e não levarem todos os homens'*. Uns cinco conseguiram, mas eram mais novo. Os adultos, quase todos foram pegos. E ele no primeiro cântico de entrada do Toré, e ele sentiu. Quando os índios se posicionaram para começar a dançar... ele sentiu a traição do branco. Eles já estavam com corda, tudo amarrado tinham armas e os índios não tinham armas. Se eles não se entregassem, eles iam ter que morrer e não morreria só homens; ia morrer mulher, ia morrer criança, ia morrer todo mundo... Porque na hora que eles foram

¹⁴Elpídio de Matos, 88 anos (falecido). Entrevista na Aldeia Fulni-ô, em Águas Belas/PE, em 08/07/1997.

¹⁵Elpídio de Matos, 88 anos (falecido). Entrevista na Aldeia Fulni-ô, em Águas Belas/PE, em 08/07/1997.

recepcionar, todo mundo acompanhou... as mulheres, as moças, as meninas...acompanharam. Só que a proposta deles era: *‘Leve os homens mais fortes, entendeu? Os guerreiros para dançar...’*. Eles começaram a correr.¹⁶ (Grifamos).

Segundo Elpídio, os atuais Fulni-ô guardam em seus cantos rituais a memória desse momento,

Existe o fundo musical no Toré, na história, a melodia que expressa o chororô das mulheres... ‘O que foi que nós fizemos, para que será? Onde é que meu esposo vai? Para onde é que meu filho vai? Para onde é que meu neto vai?’ As velhas ficaram chorando, sem saber realmente para onde eles iam. Só que o Pajé, na época, intuitivamente tinha sentido... que eles iam morrer, eles não iam voltar.¹⁷

3.3 Wassú: Capitão Salazar comandante na Guerra do Paraguai

Os índios da Aldeia Urucú e os das demais aldeias próximas em Alagoas foram recrutados para milícias públicas. Na documentação sobre a Aldeia Urucú foi citado várias vezes o Capitão Antonio Salazar como uma espécie de comandante das tropas indígenas. Em 1860 Antonio Salazar se dirigiu ao Presidente da Província “lembrando-se da marcha que fis com os meos subalternos a S.M.I.” para pedir víveres alimentares no retorno de sua gente a Aldeia, como explicou, “a fim de retirar a minha gente o que não terem o que posão comer em caminho, para V. Excia. Abonar alguns viveres que dê para a viagem”.¹⁸

Finda os combates da Cabanada, revolta no Período Regencial, que opôs senhores de engenhos liberais e conservadores e sacudindo o Sul de Pernambuco e Norte de Alagoas entre 1831-1834, o Estado temia os índios que

¹⁶Elpídio de Matos, 88 anos (falecido). Entrevista na Aldeia Fulni-ô, em Águas Belas/PE, em 08/07/1997.

¹⁷Elpídio de Matos, 88 anos (falecido). Entrevista na Aldeia Fulni-ô, em Águas Belas/PE, em 08/07/1997.

¹⁸Of. de Felis Fridirico Soares de Albuquerque Baiano, a rogo de Antonio Joaquim de Souza Salazar, em 12/01/1860 (In: ANTUNES, 1985, p.22).

participaram nos dois lados dos combates e continuaram armados. A preocupação está registrada em um documento exigindo a devolução do armamento em poder de Salazar e dos índios que liderava: "mandei ao Cocal, exigir do capitão dos Índios Antonio de Souza Salazar, o armamento nacional, que tenha em seu poder, responde-me este, que não entregava".¹⁹

O medo dos índios armados estava relacionado aos acontecimentos passados e contemporâneos, como afirmava uma autoridade:

O animo deliberado em que se achão aquellos índios de conservar em seu poder o armamento para fins sinistros, como muitas vezes tem dado provas, bem como no anno de 1848 que veio em seu séquito a hum sitio deste Engenho denominado cachoeira e roubou a dois portugueses, e caso bem resentido de ter elle e seu coito na parada União assassinado publicamente nas ruas da povoação de Camaragibe, a hum soldado do Tenente Coronel José Ignacio de Mendonça.²⁰

A desobediência dos índios de Cocal ao Inspetor de Quarteirão (autoridade policial local), fez com que o Subdelegado acusasse Antonio Salazar e os índios do aldeamento: "neste distrito de Soledade no qual compreende huma Aldeia denominada Cocal, esta composta de gente de diferentes coalidades, e muito poucos índios, e como fôce o pior lugar destas mattas".²¹ Mas, o Diretor Geral dos Índios enviou a Presidência da Província um ofício, defendendo os índios e o Capitão Salazar, questionando as perseguições do Subdelegado e lembrando que os indígenas sempre colaboraram com as autoridades policiais, exaltando "os serviços prestados por este Capitão aquela delegacia (Camaragibe)", sendo Salazar o responsável pela proteção das matas contra o roubo de madeiras. E afirmava ainda o Diretor que os índios "são os indivíduos mais promptos em cumprirem os deveres do Governo", ressaltando

¹⁹Of. de Jacintho Paes de Mendonça Junior, Diretor dos Índios de Cocal, em Engenho Carrilho 11/07/1850 (In: ANTUNES, 1985, p.27).

²⁰Of. de Jacintho Paes de Mendonça Junior, Diretor dos Índios de Cocal, em Engenho Carrilho 11/07/1850 (In: ANTUNES, 1985, p.28).

²¹Of. do Subdelegado do Distrito de Soledade, em 25/07/1864 (In: ANTUNES, 1985, p. 28).

“a convicção que tenho de serem elles, os súbditos mais fieis da Coroa e ao Governo”.²²

Em Alagoas assim como os Wassú, índios de várias aldeias foram também recrutados para o trabalho em obras públicas como a abertura de canais, obras de saneamento e aterros de mangues em Maceió. Em um ofício que acompanhava uma lista de desertores, informava o Diretor Geral dos Índios,

Os lotes de índios que por ultimo disertaram, do Cocal ahinda não tinham chegado á Aldeia até a sahida da Companhia. Já dei ordens para recrutar os solteiros, e remeter os casados prezos tanto para darem conta dos cavallos, como a serem congregados ao trabalho.²³

As péssimas condições de trabalho, inclusive com morte de alguns índios, provocaram fugas de outros, xukurús-kariris habitantes em Palmeira dos Índios e de wassús (ANTUNES, 1984).

Em entrevista, a partir de suas lembranças, o índio Wassú conhecido por “Seu” Zuca fez uma leitura sobre a Guerra do Paraguai e o Capitão Salazar,

Outra coisa que eu tô lembrando também foi a Guerra do Paraguai. Essa Guerra de Paraguais que houve daqui e de todo as aldeias, os povo de índios. E esses povo de índio que foram desse Capitão Salazar, foram com outras entidades que eram guerreros tamén. Ele voltou como capitão da Guerra do Paraguai. Ele sabia com o batalhão dele. Quando ele recuava e ele sempre dizia “ninguém vai na minha frente”. Aquela turma era sempre atrás dele. Ele só recebia aquelas pancada de bala e nenhuma atingia ele. Quando era de noite, ele juntava com o povo dele botava aquelas erva do mato, só por causa do sangue pisado. A bala não entrava nele. Só perdeu uns guerrero porque ele foi à frente. Quando entrou na frente dela, a bala atingiu ele. Tudo que tava por trás dele, nenhuma bala foi atingida (PEREIRA, 2005, p. 7).

²²Of. do Subdelegado do Distrito de Soledade, em 25/07/1864 (In: ANTUNES, 1985, p. 29).

²³Of. do Diretor Geral dos Índios ao Pres. da Província de Alagoas em 1864 (In: ANTUNES, 1984, p.27).

Os índios das Aldeias Jacuípe e Cocal participaram da Guerra, como afirmava o Diretor Geral dos Índios em Alagoas, quando reconheceu o direito aos vencimentos pelas famílias dos voluntários: "Eles tem direito a vencimentos de duzentos reis diários que concede a Lei provincial do ano passado próximo às famílias dos voluntários" (ANTUNES, 1985, p. 6-7).

As memórias sobre a participação indígena na Guerra e sobre o Capitão Salazar, são constantemente associadas e evocadas pelos Wassú para reafirmarem seus direitos às suas terras. A exemplo das entrevistas realizadas em 1978 pelo antropólogo Clóvis Antunes (UFAL) com Manuel Honório da Silva, que se declarava líder do povo indígena "porque recebeu ordens de seu avô, José Tomás Marques Flores, e este, por sua vez, recebeu ordens do Capitão Salazar para aconselhar o grupo". O pesquisador registrou que Manuel "Falou entusiasmado do Capitão Salazar". "Era um capitão temido. Foi para a Guerra do Paraguai, e quando voltou, recebeu do Imperador Dom Pedro II quatro léguas de terra em quadro para sua tribo cuidar da roça" (ANTUNES, 1985, p. 6).

A vinculação do direito às terras como recompensa recebida do Imperador pela participação na Guerra do Paraguai também é evocada por outros povos indígenas no Nordeste, a exemplo dos Xukuru do Ororubá (Pesqueira e Poção/PE) e os Fulni-ô (Águas Belas/PE). Nesses dois povos os mais velhos contam que seus antepassados "venceram a Guerra", e que por esse motivo herdaram as terras que vivem por direito, pelo "sangue derramado" dos antepassados nos combates naquela Guerra (SILVA, 2014).

O líder Manuel Honório em uma longa reportagem publicada pela *Imprensa Universitária UFAL/1979*, frente às invasões do território indígena, reafirmava o direito a terra como herança da recompensa pela participação na Guerra do Paraguai:

A terra era de todos os índios como agora está meia légua de terra é de todo mundo que mora aqui. O Imperador Dom Pedro II deu de presente aos índios para seus netos e bisnetos, 4 léguas

em quadro, aos índios que se alistavam na brigada de Guerra do Paraguai. Agora só existe uma meia légua de terra. Os homens brancos tomaram tudo (ANTUNES, 1985, p. 10).

As memórias sobre o Capitão Salazar foram também evocadas, como constatou a citada publicação,

O Capitão Salazar está ainda na memória dos mais velhos do aldeamento do Cocal. A cabocla Dolores de Oliveira Freitas afirmou: - 'O índio mais velhos que recebeu terras do Imperador Dom Pedro II foi o Capitão Salazar; participou da brigada na Guerra do Paraguai. Ele era o chefe dos índios do Cocal. O Rei deu de presente como prêmio, as terras da Aldeia de Cocal porque os índios participaram da Guerra do Paraguai (ANTUNES, 1985, p. 10).

A matéria jornalística trouxe mais a fala em que outro indígena fez a sua leitura sobre o mesmo tema,

E José Manuel de Souza, apelidado de 'Seu Paulo', com 50 anos de idade e sete filhos, confirmou: 'O Capitão Salazar de Souza, o chefe dos índios de Cocal, ficou por aqui porque Dom Pedro II achou que ele podia ficar. Quando o Rei esteve em perigo, juntamente com o Marechal Deodoro da Fonseca, chamou ele os índios a atenção para ir a Guerra Salazar pegou a fita de Capitão e foi para a brigada lutar na Guerra do Paraguai. Foram 14 índios para a Guerra do Paraguai e duas mulheres. Uma das mulheres chamava-se Puco-Puco e a outra Lambu. Tem esses nomes porque índio antigamente não tinha nome certo. Eles tinham nome de bicho do mato. Morreu na Guerra somente um índio (ANTUNES, 1985, p. 10).

4 História, memórias e identidade

Quais os significados que os atuais indígenas no Nordeste dão à participação de seus antepassados na GP? Sabe-se que finda a Guerra o Governo Imperial, como recompensa, destinou além de honrarias militares, lotes de terras aos ex-combatentes. Quais leituras sobre as recompensas que seus antepassados receberam por participarem na Guerra fazem os índios que desde o último quartel do século XIX, (mais acentuadamente após a Lei de Terras em 1850), enfrentam conflitos com tradicionais latifundiários invasores

das terras indígenas, muitos deles descendentes de vereadores encastelados nas câmaras municipais que solicitavam insistentemente aos governos provinciais e ao Governo Imperial as terras dos antigos aldeamentos?

Os trechos de algumas entrevistas nos possibilita observar idéias dessas leituras e seus significados. O fulni-ô Elpídio afirmava:

Aqui foi dado com o Rei, *foi o sangue que os nossos troncos derramaram numa guerra que o senhor tem visto falar*, GP. Nisso aí morreu 20 e tantos índios já nessa Guerra. Então o Rei queria dar uma quantidade de dinheiro, muito, pelo sangue que derramaram. Aí dizem que a Princesa Isabel que era a mulher senhora dele, desse Rei, disse prá ele 'Não! Por dinheiro não, que o dinheiro se acaba. Agora vamos um dá um terreno prá eles?... disse que está escrito com tinta de ouro, essa assinatura que a Princesa Isabel assinou. E de lá prá cá tomemos orgulho e graças a Deus a gente vive e eles não tomam mais não!²⁴ (Grifamos).

Entre os Xukuru encontramos relatos semelhantes,

Chamavam o número Trinta dos Voluntários. Chama os Trinta dos Voluntários porque foram pro Paraguai, lutaram na guerra lá venceram... mas quando veio de volta, passaram no Rio de Janeiro, o rei e a rainha não tinham com que agradecer a eles e disse: *'vocês faça sua divisão de terra, é patrimônio que eu vou assinar pra vocês'*.²⁵ (Grifamos).

Ou ainda de forma mais explícita na fala do Vice-Cacique Xukuru do Ororubá,

Olhe a dádiva que da Guerra foi oferecido dinheiro e ouro. Só que para os índios, dinheiro e ouro não eram interessantes, interessante era a terra. Aí eles disseram que ao invés de ouro eles queriam uma coisa que nunca se acabasse, que era a terra que estava na mão de algumas pessoas que não deixavam eles trabalhar. Então, *eles queriam a terra para eles viverem*, os filhos deles viverem e os filhos dos filhos deles. Isso aí *foi o pagamento que eles receberam*. Que eles pediram.²⁶ (Grifamos).

²⁴Elpídio de Matos, 88 anos (falecido). Entrevista na Aldeia Fulni-ô, em Águas Belas/PE, em 08/07/1997.

²⁵Durval Ferreira Farias, 84 anos (falecido). Bairro Xucurus, Pesqueira, em 10/05/1997.

²⁶José Barbosa dos Santos, 55 anos, conhecido por "Zé de Santa". Aldeia Santana, Terra Xukuru do Ororubá, Pesqueira, em 30/03/2002.

Questionado sobre qual foi a importância da participação dos seus antepassados na GP, o Pajé “Seu” Zequinha, uma das figuras centrais no processo de reconhecimento dos marcos para o processo de demarcação do território Xukuru do Ororubá nos anos 1990, afirmou,

Foi importante porque na época aqui existia uns coronéis, uns capitães, uns tenentes. Só bastava, era o pessoal que podia comprava aquelas patentes de tenente, de capitão e aí massacrando os índios. Depois que eles vieram, melhorou. Trouxeram os títulos, aí eles não puderam... eles tomavam a terra, eles tomavam, “aqui é meu, é meu e pronto, acabou-se”.²⁷

Compreender os significados das narrativas sobre a Guerra do Paraguai para os Xukuru do Ororubá é compreender a “história de experiências”. Um debruçar sobre essas narrativas, possibilita entender como “pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências” (ALBERTI, 2004, p.25). Essas experiências foram/são marcantes porque foram intensamente vividas. As narrativas do povo Xukuru nos ajudam ainda “entender como pessoas e grupos experimentaram o passado e torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas” (ALBERTI, 2004, p.26).

Nas pesquisas que realizou em 1979 para o levantamento fundiário na área indígena, a serviço da FUNAI, a antropóloga Delvair Montagner Melatti escreveu em seu relatório o que ouviu dos índios,

Os caboclos narraram que D. Pedro II, deu quatro legas em quadro (uma sesmaria), ao Capitão Salazar de Souza, por terem participado na Guerra do Paraguai. Como estava havendo dificuldade em recrutar brasileiros para lutarem na Guerra, o Capitão Salazar, ofereceu alguns índios para participarem dela. Então, 12 (doze) índios entre homens e mulheres foram para o Paraguai. Dentre eles, citaram o Lava-Pé, o Lindóia, as índias Juruta e Cambonja. O sogro do Paulo ainda tem guardado a espada e a estrela que usou durante a Guerra do Paraguai. O título das terras o Imperador deu ao capitão Salazar. O avô do

²⁷Pedro Rodrigues Bispo, 72 anos. Pajé Xukuru, conhecido por “Seu Zequinha”. Em Pesqueira, 29/03/2002

caboclo Paulo enviou os índios Camilo Bezouro e Francisco Luiz de Ó à cidade de Passo de Camaragibe entregar o documento ao Dr. Uchoa de Mendonça, dono do Cartório. Este também era dono do Engenho Mirim (In: ANTUNES, 1985, p. 32).

Nos relatos a antropóloga ouviu ainda que o citado documento nunca foi dado entrada no Cartório e desapareceu. Os índios informavam que estava em poder de uma invasora, a matriarca da Família Mendonça, dona de um dos muitos engenhos instalados na área indígena.

Com os permanentes conflitos e diante das ameaças dos posseiros invasores desalojarem da parte de suas terras onde viviam os Wassú sempre recorreram às memórias para reafirmarem seus direitos. Assim em 1981, a reportagem intitulada "Índios Wassú estão em 'Pé de guerra'", publicada pelo jornal *Gazeta de Alagoas* citava que o Cacique José Manuel de Souza afirmava que as terras "a eles foi doada por D. Pedro II, através do Capitão Salazar. A doação, segundo explicou foi uma recompensa pela bravura de guerreiros da tribo que foram lutar na Guerra do Paraguai" (In: ANTUNES, 1985, p. 50). Os Wassú assim como outros povos indígenas no Nordeste, a exemplo do Xukuru do Ororubá e dos Fulni-ô em suas leituras estabelecem uma relação direta entre memórias, história, identidade e direitos as suas terras.

O pesquisador francês Michael Pollak, ao discutir as relações entre memórias e identidade social, afirmou ser perfeitamente possível que por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada (POLLAK, 1992, p. 4).

A partir dos relatos Wassú, é possível entender as leituras que os indígenas fazem sobre a participação de seus antepassados na Guerra do Paraguai, dentre outros prováveis significados, que lhes deixaram como herança da vitória na Guerra. Uma conquista transmutada também em uma certeza da vitória dos atuais Xukuru do Ororubá, os Fulni-ô e dos próprios Wassú na

guerra em muitas batalhas por suas terras, pela reivindicação e reconhecimento de seus direitos históricos, que lhes garante o futuro. Apoiados na memória e na história que compartilham sobre o passado, nas releituras que fazem de acontecimentos que escolheram como importantes esses grupos constroem e reconstroem suas identidades para afirmarem seus direitos enquanto povos indígenas.

Referências

- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em História Oral*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2004.
- ANTUNES, Clóvis. *Índios de Alagoas: documentário*. Maceió: Edufal, 1984.
- ANTUNES, Clóvis. *Tribo Wassú: os caboclos do Cocal*. Maceió, 1985. (dig.).
- BARBALHO, Nelson. *Caboclos do Urubá: caminhos e personalidades da História de Pesqueira*. Recife: Centro de Estudos de História Municipal/CEHM, 1997.
- CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- LUCENA FILHO, Márcio. *Pernambuco e a Guerra do Paraguai: o recrutamento e os limites da ordem*. Recife, 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco.
- MACIEL, José de Almeida. *Pesqueira e o Antigo Termo de Cimbres*. Recife: Centro de Estudos de História Municipal/CEIHM, 1980.
- MONTEIRO, John M. Armas e armadilhas. In: NOVAES, Adauto. (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- PEREIRA, Flávia Ruas Fernandes. *Os Wassú Cocal: um estudo de caso sobre a (re)construção de identidades coletivas*. Recife: UFPE, 2005.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- SILVA, H. Edson. *O lugar do índio. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada – PE (1860-1880)*. Recife, 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco.

SILVA, H. Edson. *Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988*. Recife, EDUPE, 2014.

THOMPSON. E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

WILSON, Luís. *Ararobá lendária e eterna: notas para a História de Pesqueira*. Pesqueira: Prefeitura Municipal de Pesqueira, 1980.

